

A participação do arquiteto na sociedade contemporânea

João Machado^a, Teresa Madeira da Silva^b

Resumo

Renovar a arquitetura a partir de processos que pretendem incorporar o utilizador no desenvolvimento de projeto é entender que o arquiteto possui a capacidade de negar a construção em si como maior objetivo. É evidenciar a competência de se moldar a diferentes contextos. É compreender o *alcance social* de qualquer intervenção no território, constituindo a prática arquitetónica como uma melhoria efetiva das condições e qualidade de vida dos utilizadores. O arquiteto desenvolve assim novas autonomias, procura oportunidades de intervenção, rejeita a lógica tradicional de encomenda, promove a mobilização das populações, compreende a participação e a transformação social como tema fundamental da arquitetura.

Keywords

Processos Participativos, Compromisso Social, Modelo alternativo de prática

Abstract

Renew the architecture from processes that claim to incorporate the user on the project development is to understand that the architect has the capability of denying the construction itself as the main object. Is to point the competence of molding to different contexts. Is to understand the social range of any territorial intervention, forming architecture practicing as an effective improvement of the conditions and quality of life of the users. The architect itself develops new autonomies, seek intervention opportunities, rejects the traditional logic request, promotes the population mobilization, understands the participation and social transformation as fundamental subject of architecture.

Keywords

Participatory Design, Social Commitment, Alternative methodology of practice

A ambiguidade do papel social do arquiteto na sociedade contemporânea

Experiências participativas, um processo necessário

Os processos participativos em arquitetura enquadram-se num intenso debate sobre a arquitetura e o urbanismo. Sendo um tema atual, é uma questão que vem acompanhando a disciplina com especial incidência desde meados do século XX. Luís Santiago Baptista menciona o arquiteto italiano Giancarlo de Carlo como um defensor e percursor da arquitetura participativa, evidenciando a ideia de que de Carlo antecipou a perceção da arquitetura como feito mediático, hiperbolizada na procura veemente da arquitetura de autor e da arquitetura de revista, com "a exacerbação da cultura de imagem". "Acredito que a arquitetura no futuro será caracterizada por uma participa-

ção crescente do utilizador na sua definição em termos de organização e forma" (de Carlo, 1980 *apud* Baptista, 2011: 6), afirmava de Carlo em 1980, considerando que o processo de projeto deveria ser um ato único em que o problema, a solução e os resultados apresentam-se de braço dado, conferindo uma experiência real e conjunta entre arquitetos e utilizadores, desde os primórdios do projeto e contexto até à efetivação da obra. Esta tese, que defende a pressuposição de que os utilizadores são uma presença notável em toda a operação que decorre do projeto, não se verificou inteiramente passado cerca de 30 anos. Com a passagem para os anos 2000, o assunto da participação regressa, fruto da consciencialização geral das limitações que estão associadas, a "estratégias centradas na qualificação autoral do objeto arquitetónico", recusando a "intensificação objetiva da experiência do presente, desconsiderando a duração das práticas quotidianas" (Baptista, 2011: 6). O interesse por esta temática debruça-se

^a Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL. Email: jclaudiomachado3@hotmail.com.

^b Professora Associada no Departamento de Arquitetura do ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL / DINAMIA/CET-IUL, email: teresa.madeira@iscte-iul.pt.

agora não só na capacidade que a arquitetura tem de interagir e transformar a vida de quem se serve dos espaços, mas também numa mudança de paradigma da profissão e da prática arquitetónica, consequência de um contexto social e económico diferenciado.

Crise económica e a grande responsabilidade dos jovens arquitetos

A prática de arquitetura em período de crise é inevitavelmente diferente. A consequente carência de encomendas manifestam, quase, uma obrigatoriedade da profissão se adaptar a um contexto que privilegia o papel social do arquiteto. Este assunto relaciona-se intimamente com as experiências participativas, embora não dependam completamente deste aspeto, pois está associada a um "compromisso social e por abordagens não convencionais ao projeto" (Alves, 2014: 14). Períodos como o atual, revelam a preocupação geral que os arquitetos demonstram acerca de problemas reais sobre a sociedade. Intensificam-se debates sobre a prática disciplinar, de forma a esta conseguir contribuir verdadeiramente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, promovendo a "cada vez mais necessária sustentabilidade ambiental, energética e económica" (*idem*: 15). Confronta-se assim, a excêntrica ideia de que a arquitetura revê no edifício e na sua forma final o único e grande objetivo anunciado.

Luís Santiago Baptista afirma que "ser hoje arquiteto em Portugal é dramático. Ser um arquiteto jovem torna-se trágico". É esta nova farnalada de jovens arquitetos recém formados que se confronta mais "violentamente" com o panorama atual. Uma conjuntura que se baseia na decadência das condições profissionais, na "escassez de encomendas e ausência de concursos públicos" e na crescente competitividade entre os *ateliers*. São fatores que privilegiam e aprovam o "contexto de trabalho das práticas emergentes" (Baptista, 2014b: 20). Práticas que são resposta a um "contexto de crise generalizado" e que podem desfrutar de diferentes abordagens no ato de projeto, de acordo com diferentes convicções e formas de trabalhar. Verifica-se com a entrada neste novo milénio, que existe uma necessidade de debater estes temas em simultâneo com a reemergência das experiências participativas. A autoconsciência por parte de arquitetos e outros intervenientes sobre qual o seu papel na sociedade contemporânea resultaram em vários eventos e publicações acerca das "práticas arquitetónicas interventivas e dos limites de atuação dos arquitetos" (Ferreira,

2014: 1). As revistas, as entrevistas, a Trienal de Arquitetura de 2013 "*Close, Closer*", a exposição Tanto Mar (2014) com especial contribuição do Atelier Mob, entre outros eventos, contribuíram significativamente para a discussão acerca da relevância das *questões sociais* nas intervenções dos arquitetos e nas inúmeras possibilidades de produção arquitetónica.

A imagem do arquiteto na sociedade contemporânea

Josep Montaner e Zaida Muxí salientam dois posicionamentos que os profissionais de arquitetura adotam na prática: os arquitetos que pretendem e "querem ser estritamente fiéis aos seus clientes e mestres", de acordo com um determinado estatuto intrínseco da profissão de arquiteto; e os arquitetos que pretendem e "tentam realmente melhorar a vida das pessoas" (Montaner e Muxí, 2011: 38). Montaner e Muxí defendem que a crise da profissão, particularmente afirmativa desde o início do século XXI, está sustentada numa visão em que o arquiteto serve os "interesses do poder privado e da ideologia do poder público", incapaz de produzir uma capacidade crítica perante a sociedade, submetendo-se ao monopólio do poder económico. O processo de formação do arquiteto nas universidades remete para uma ideologia em que os arquitetos correspondem a "um grupo de excelência que se molda ao serviço do poder e setores mais favorecidos" (*ibidem*).

O sistema assente na figura do *arquiteto-estrela* e do *edifício icónico*, sustentado pela globalização da economia de mercado dos anos 90, entrou numa decadência anunciada pela antevisão da recessão económica europeia e norte-americana. Esta ameaça de crise económica, que se confirmou em 2008, veio a secundarizar o *star-system* abrindo portas para discutir e despertar o conceito de *o social*. Ao mesmo tempo procurou-se descobrir caminhos de arquitetura que se afastem das "obsessões formais em relação à preocupação com outros fatores" (Massad e Yeste, 2014: 37-38). Luís Santiago Baptista, sobre o programa Guimarães 2012: Arte e Cultura, questiona a ideia de que, tradicionalmente, a arquitetura entende-se pela "instauração material e física do perene" (Baptista, 2012: 21). O programa Guimarães 2012 tinha na sua génese o debate sobre *práticas espaciais*, elaborando-se uma perspetiva crítica da arquitetura. Considerando que o *star-system* privilegia um processo que serve os propósitos de um sistema instaurado que caracteriza a "condição do mercado da construção", deve-se interrogar

sobre como reestabelecer "a noção de uma prática cultural ou artística" que procure "reiterar a função crítica e interpretativa da arquitetura perante todo o social" (Gadano, 2006: 8-10). Verificou-se que, num período de crise económica, a aproximação das práticas artísticas à arquitetura, num contexto em que a qualidade de vida e a realidade social suscitam este interesse, perspectiva que a arquitetura não dependa "exclusivamente da idealização e construção de edifícios, mas que pode ser entendida como uma prática espacial, que reage e responde às práticas sociais e culturais existentes" (Baptista, 2012: 21).

Neste contexto é necessário compreender o conceito de *arquitetura social*. No folheto da exposição *Tanto Mar - Portugueses fora de Portugal*, Tiago Mota Saraiva sustenta a ideia de que há quem entenda que "o papel social do arquiteto é inerente à profissão". Face a esta ideia há quem considere a "arquitetura social uma redundância", mas também há quem encare este tipo de intervenções de cariz social "uma dinâmica exterior ao campo disciplinar" (Saraiva, 2014 *apud* Ferreira, 2014: 15). Quem entende a *arquitetura social* como uma redundância, de acordo com Baptista, salvaguarda-se no princípio elementar de que toda a arquitetura "atua sobre uma sociedade", portanto acontece em determinadas circunstâncias próprias do lugar (Baptista, 2014a: 3). Porém, o autor considera que mesmo tendo em conta este facto, a "arquitetura social" assume-se como motor de uma "revolução social", pensamento "fundado na modernidade", onde se entende a arquitetura como "instrumento de transformação ou reestruturação das sociedades" (*ibidem*).

Interpretar intervenções sociais como algo que está "fora do espectro da arquitetura" sugere uma conjectura que reconhece como maior objetivo do arquiteto a "arte da construção", pelo que se deve realçar todo um conjunto de "atitudes, gosto e disposições" que diferenciam "um arquiteto de um mero construtor" (Gadano, 2006: 4). É esta "cultura autónoma" que o arquiteto evidencia, capaz de perceber e de se moldar a diferentes contextos, que permite que num período condenado pela crise económica e consequente falta de investimento na construção, seja possível compreender o "alcance social" das intervenções no território, adequando a prática a uma "melhoria efetiva das condições de vida de muitas populações". É um período que promove "a mobilização das populações, em processos participativos ou reivindicativos" como "mecanismo eficaz para dar uso e forma ao saber arquitetónico" (Tavares e Lopes, 2013 *apud* Ferreira, 2014: 16). A ideia

que a "arquitetura social" é um conceito "fora do espectro da arquitetura" afasta-se da realidade. Assume-se como "uma prática profissional de arquitetura e planeamento" que se concentra em processos participativos, na afirmação da auto-construção e de todo o tipo de intervenções em que se inserem "projetos e programas que provocam um forte impacto social na melhoria dos contextos locais" (Saraiva, 2014 *apud* Ferreira, 2014: 16). É uma "arquitetura expansiva", plausível de criar novas autonomias ao arquiteto na "procura de oportunidades de intervenção, subvertendo a lógica tradicional da encomenda", dirigindo-se para a transformação social como tema fundamental para estes (Ferreira, 2014: 18).

A génese da participação em arquitetura

Movimento Moderno, crise ideológica

José António Bandeirinha menciona Manfredo Tafuri, autor de um ensaio sobre a teoria arquitetónica da época em 1969, que afirma que a crise da Arquitetura Moderna começara décadas atrás, no período que sucedeu ao *crash* da bolsa de 1929. A arquitetura refletia um "auto encarceramento" das metodologias arquitetónicas, pois não se conseguia afastar de um caminho que fosse contra os "imperativos da «arte burguesa» e a inelutável condição de mero produto de mercado" (Bandeirinha, 2007: 21). Como poderia a Arquitetura Moderna sobreviver à "grande depressão" de 1929 se o destinatário privilegiado era o "grande capital industrial"? É uma crise que se assume também "ideológica" pois desde então, a procura por um valor operativo inerente à arquitetura é um percurso "agitado" mas necessário.

De acordo com Giancarlo de Carlo, o Movimento Moderno representou uma valiosa oportunidade para a "arquitetura se renovar culturalmente". Questiona a "credibilidade" desta, interrogando se a arquitetura tem um público. *Quem é esse público?* O mesmo autor considera que o Movimento Moderno preserva na sua essência defeitos substanciais da "condição amorfa" em que emergiu. A ambiguidade do papel do arquiteto destaca-se quando é assumido um aburguesamento da profissão. Os objetivos e métodos de praticar arquitetura são postos em causa, mas a maior crítica que face ao Movimento Moderno é, para de Carlo, uma postura de conquista por parte de um "grupo/elite" em relação ao domínio da arquitetura. Espaço este anteriormente consagrado à academia ou empresas, que aloca em

si uma série de restritas relações entre "clientes, empresários, proprietários de terras, críticos e arquitetos". Forma-se uma rede de interesses económicos e sociais que excluem quem não pertence àquela elite (*ibidem*).

Bandeirinha refere que as "tentativas de re-dimensionar morfologicamente a cidade e o território", dentro de um período temporal mais próximo, seriam as "novas utopias urbanas" que despontavam nas revistas especializadas, protagonizadas por Yona Friedman, Archigram, Superstudio, Paul Rudolph, grupo Metabolism, etc. *A Pop Art* e a *Op Art*, também contribuíram para estas "experiências" que procuravam enaltecer figurativamente as "contradições da cidade". Por fim, surge o *advocacy planning* americano e os contraplanos italianos que são o resultado de estratégias que se destacavam pelo apoio às populações na luta por melhores condições de habitação e de vida. Existe a vontade de trabalhar para o povo, para quem habita. São "processos reivindicativos urbanos" que promovem uma "humanização do cliente e da encomenda" (Bandeirinha, 2007: 21-22). De acordo com Bandeirinha, Tafuri no seu ensaio de 1969, assegura não acreditar que, dentro do contexto da época, seria possível encontrar encomendas "boas" que pudessem se opor às "más", "não era possível encontrar um desenho mais socializante que se opusesse a um outro mais capitalista" (*idem*: 22). Nuno Portas, mais recentemente no âmbito de uma entrevista sobre experiências participativas, afirma que estas não podem ser "uma espécie de álibi, agora redescoberto para legitimar (ou recusar) propostas arquitetónicas ou urbanísticas menos consensuais ou explícitas" (Portas *apud* Baptista e Melâneo, 2011: 28), o que sugere uma analogia com as declarações de Tafuri.

De facto, o final do Movimento Moderno determina uma transformação no modo de habitar. Depois de um período marcado pela recessão e repressão económica, o final da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) emerge uma melhoria das condições económicas, dentro de uma lógica que compreende o raciocínio capitalista de "produção-consumo". A década de 50 reflete assim uma "nova cultura de imagem", manifestada numa reorganização social patenteada sobre os conceitos de globalização e "homogeneização de gostos" (Ramos, 2013: 19). Esta revolução cultural e social, mas também de ideias, pensamentos e doutrinas que nos remetem para uma visão do mundo alterada, promove a transição da cidade moderna para o que atualmente denominamos por cidade contemporânea.

A mecanização generalizada patente na sociedade, é fruto do esforço incessante por parte do Homem para alcançar os requisitos e recursos suficientes que sustentam o estilo de vida capitalista vigente. Assistia-se a um período caracterizado por uma falta de consciência crítica estabelecida na sociedade, controlada e "alienada" por um contexto favorável à classe dominante. Guy Debord escreve em 1967 o livro *La Société du Spectacle*, onde refere precisamente várias conjunturas onde o "real" se constitui num "espetáculo" destinado a subverter e seduzir massas, subjugadas pelo poder dos meios de comunicação social. A sociedade capitalista apresenta-se "como uma acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se numa representação" (Debord, 1997: 13). Mas para Debord o "espetáculo" unifica a sociedade, "o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas a relação social entre as pessoas, mediadas por imagens" (*idem*: 14). Assim, adivinhava-se uma alteração ideológica no campo do social e das artes. O estilo de vida monótono e repetitivo que a industrialização submeteu, propõe agora uma visão renovada num mundo mais participativo, em que o lazer se converte numa atividade espontânea e livre, que consente ao indivíduo uma posição de destaque em relação ao "coletivo mecânico moderno" (Ramos, 2013: 21).

Maio de 1968 - Revolta, contestação e renovação

A crise de Maio de 1968 estabelece-se sobretudo em Paris e dá especial importância a questões relacionadas com a arquitetura e a cidade, e ao papel destas enquanto impulsionador social e político. Bandeirinha orienta para os *grands ensembles* enquanto conceito habitacional a grande crítica da época. Muitas dúvidas eram dirigidas sobre o seu significado social e económico. A submissão da habitação em relação ao lucro privado começa a ganhar importância. A regeneração dos centros urbanos empurram muitos habitantes, expulsos do centro e desagradados com as condições de alojamento que possuíam, para os novos bairros (Bandeirinha, 2007). É justo assegurar que após a Segunda Guerra Mundial, a crise de 1968 caracterizada no relevante protesto da universidade, foi um evento muito importante. Os estudantes de arquitetura, mais do que qualquer outra disciplina, foram os precursores de uma revolta que exigia uma renovação radical das estruturas organizativas e métodos do ensino. As faculdades de arquitetura sempre to-

maram uma posição de destaque, de vanguarda. De acordo com de Carlo, rapidamente os alunos apreenderam que a questão principal não estava sobre a mudança de cargos ou estruturas que organizavam o ensino em si, mas tratava-se de uma questão mais fundamental, que assentava sobre os propósitos da profissão e do seu papel social. A necessidade da arquitetura ter um papel progressivo era recuperada, tendo como presente no pensamento a ideia de trabalhar e projetar para um "mundo diferente, não classicista, não racista, não violento, não repressivo, não alienante, não especializado, não totalitarista" (de Carlo, 1970 *apud* Jones, Petrescu, Till, 2005: 4).

Estudantes e arquitetos também procuravam um novo significado para a profissão, apoiando-se nas lutas urbanas e nos movimentos contestatários. As operações no território de renovação urbana, principalmente rentáveis para os centros das cidades, geraram uma migração dos habitantes para a periferia, provocando novas motivações para o exercício da arquitetura. Sobressai uma ideia de democratização das intervenções sociais, gerando projetos cuja preocupação primordial recai sobre os grupos mais segregados, em específico as populações mais carenciadas (Bandeirinha, 2007).

Participação em arquitetura, um modelo alternativo de prática

Debate internacional acerca da renovação da prática arquitetônica

A reflexão sobre a participação em arquitetura é pertinente na medida em que não devendo ser encarada como solução única ao problema anunciado, evidencia um modelo alternativo da prática arquitetônica. Nuno Portas afirma que "a participação não é em si mesma um objetivo absoluto, nem garante melhor Arquitetura (com A grande), produto cultural, objeto de crítica e história de Arte, etc." (Portas *apud* Baptista e Melâneo, 2011: 28). Trata-se da procura de um processo que privilegia a intensificação da relação entre o utente e o lugar ou a capacidade de apropriação ou identificação do habitante com a sua forma de habitar. Ana Tostões no prefácio do livro de Ricardo Carvalho, *A cidade social*, refere que "o problema da habitação surge alimentado pela relação que estabelece com o pensamento sociopolítico, urbanístico e arquitetônico nas décadas centrais do século XX, tanto a nível internacional como no quadro português" (Tostões *apud* Carvalho, 2016: 8). Os paradigmas assentes no

movimento moderno pareciam desatualizados em relação ao modo de vida urbano, tornando-se natural que uma nova geração de arquitetos se instituisse num conjunto de críticos que defende uma aproximação da prática de projeto ao que seriam práticas do quotidiano vulgarmente reconhecidas, reforçando a relação da arquitetura com as ciências sociais. O termo participação ganha influência quando agarrado ao conceito de comunidade. Henry Sanoff, reconhecido professor de arquitetura, no seu livro *Community participation methods in design and planning*, afirma que mesmo que se possa atribuir a ideia de participação a sociedades pré-letradas, a participação comunitária tem uma origem mais recente. É garantido um papel de destaque social, em que "as mais importantes influências recaem dos movimentos de desenvolvimento comunitário do Terceiro Mundo, do trabalho social pregado no ocidente e do «radicalismo comunitário»" (Sanoff, 2000: 1). O indivíduo faz parte de um modelo que pressupõe o direito à inclusão, em que a individualidade e a comunidade devem ser encaradas com igual atenção. A responsabilidade social na construção dos espaços cai também sobre este, baseando-se num princípio em que a participação comunitária se revigora com o envolvimento dos cidadãos na gestão dos espaços. Os locais e valores culturais destes são explorados a partir da "teoria da participação comunitária como uma abordagem para o desenvolvimento social, alicerçado num programa das Nações Unidas, reivindicando a criação de oportunidades para que as pessoas possam participar ativamente na política e também neste processo de desenvolvimento" (*ibidem*).

O arquiteto italiano Giancarlo de Carlo foi um dos precursores que procurou refletir sobre a importância deste tipo de processos que pretendem incorporar o utilizador no desenvolvimento de projeto, conferindo "maior cidadania e democracia na conceção dos espaços urbanos" (Barone e Dobry, 2004: 18). De Carlo entende não existir *mundo* sem arquitetura mas esta não pode estar circunscrita aos arquitetos. Num momento em que as atividades do Homem se multiplicam, a complexidade de transformações do meio ambiente e da organização do espaço físico, público e privado, fazem com que a "arquitetura se torne demasiado importante para ser deixada aos arquitetos" (de Carlo, 1970 *apud* Jones, Petrescu, Till, 2005: 11). Quando confrontada com o clima de contestação generalizada que se sente na década de 1960, a arquitetura também ela é contestada procurando atingir novos posicionamentos sociais, com incidência específica nos programas habitacionais e

políticas de intervenção urbana. Diferentes movimentos surgem, defendendo a renovação da arquitetura assente numa conjuntura favorável a quem está sobrecarregado e fora do sistema de poder instituído. A prática de arquitetura deve insurgir-se perante qualquer barreira existente entre construtor e utilizador, estabelecendo duas fases diferentes num único processo. A participação em arquitetura é um caminho. Um processo que engloba e envolve uma pluralidade de objetivos cujos resultados não são fáceis de prever. Uma sociedade em evolução, em que se salienta um crescente populacional e envelhecimento. Um desenvolvimento contínuo da tecnologia, tudo questões que a arquitetura deve procurar responder. Definir participação em arquitetura significa um sistema que junta e descreve inúmeras variáveis através de observações que contribuem para avaliar e analisar dados que não poderiam ser analisados doutro modo. Essencial descobrir e desenvolver um método que concilie uma dependência que a arquitetura usufrui por parte dum poder caprichoso do cliente, ao mais valioso que será a identificação real e concreta das necessidades fundamentais dos utilizadores (*idibem*).

Construir *para* ou com os utilizadores? A principal diferença entre construir *para* ou *com* os utilizadores é uma questão de consenso e democratização da prática de arquitetura. Isto é, quando se projeta *para*, há sempre a sensação ou o objetivo de chegar a um consenso, transformando os factos que se concluíram como permanentes, indubitáveis ou universais. Um exemplo disto serão os planos em grande escala de cidades e regiões que se manifestam depois em bairros em que prepondera um estado de deterioração. De Carlo explica este fenómeno pelo facto da comunidade enquanto coletivo não ter motivos para os defender pois "por não participarem no planeamento, sentem dificuldade no ato de apropriação dos espaços coletivos e individuais" (*id.*: 13).

Quando se projeta *com* as pessoas o consenso permanecerá aberto no tempo, renovado por confronto. Assim, promove-se uma legitimidade política ao processo, o ato torna-se "libertador e democráticos, estimulando uma ação múltipla e contínua de participação" (*idem*: 13). Um processo que se reabre de forma contínua ao longo do tempo, que começa por descobrir as necessidades autênticas dos utilizadores e depois da formulação das hipóteses formais e organização dos espaços, não termina quando entra em fase de utilização.

Conclusão: caminho aberto para a participação

O contexto de rebuliço político e cultural transporta consigo uma série de novas abordagens e modelos de intervenção social. Evidentemente, a década de 1960 faz emergir trabalhos de pesquisa de arquitetos e não só, que procuram aproximar a disciplina e a prática às ciências sociais. As escolas inclusive, possibilitaram a introdução de vertentes ligadas à sociologia nos seus programas. Movimentos de vanguarda visam a questão social opondo-se à tendência dominante dos movimentos de arquitetura, num período adjetivado pela criatividade e contestação como foram os anos sessenta e setenta. Novos conceitos que se atestam como contraditórios à prática tradicional da arquitetura, constituem novas questões ligadas ao papel do arquiteto. As propostas gerais que o Movimento Moderno apregoa, a metodologia consagrada da Carta de Atenas procurando sintetizar um utente tipo, bem como as pesquisas alusivas à habitação mínima, conduziram a arquitetura a um sistema assente na standartização, independente do "contexto real e das especificidades físicas e culturais" de cada lugar (Rebolo, 2017: 64). As novas ideias que aparecem num sentido inverso a estas abordagens, comportam-se como experimentações que exploram a participação das populações como modelo alternativo de prática. Assim, o arquiteto deverá compreender que o seu papel se define como parte integrante de um processo que pressupõe uma abertura de diálogo até à fase de tomada de decisões, considerando a realidade social, cultural, política e económica do lugar e do contexto em que apresenta as suas ideias, que refletem também sobre as pessoas e os padrões sociais onde habitam, sobrelevando o fundamental papel social do arquiteto.

Referências bibliográficas

- Alves, J. (2014), *Arquitectura de intervenção - Repensando o papel social do arquitecto através de modelos alternativos de prática*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Bandeirinha, J. (2014), *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Baptista, L. (2011), "Experiências Participativas - Práticas arquitectónicas interventivas perante a uniformização profissional", *Revista arqa - Arquitectura e Arte*, 90/91, pp.6-7.
- Baptista, L. ; Melâneo, P. (2011), "Experiên-

cias Participativas – Perspectivas Críticas”, *Revista arqa – Arquitectura e Arte*, 90/91, pp. 28-41.

- Baptista, L. (2012), “Guimarães 2012: Arte e Arquitectura. Práticas espaciais para um contexto territorial em mutação”, *Revista arqa – Arquitectura e Arte*, 104, pp. 20-21.

- Baptista, Luís Santiago (2014a), “‘Arquitectura ou Revolução’: Um Atlas da Arquitectura Social”, em Luía Santiago Baptista, Joaquim Moreno e Fredy Massad e Alicia Guerrero Yeste, *Arquitectura Social: Três Olhares Críticos*, Brochura da Exposição Tanto Mar, Lisboa, CCB.

- Baptista, L. (2014b), "práticas-emergentes. pt, Jovens arquitetos portugueses em tempos de crise", *Revista arqa - Arquitectura e Arte*, 114, pp. 20-21.

- Barone, A.; Dobry, S. (2004), "Arquitectura participativa" na visão de Giancarlo de Carlo, *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitectura e Urbanismo da FAUUSP*, 15, pp. 18-31.

- Carvalho, R. (2016), *A Cidade Social - Impasse, Desenvolvimento, Fragmento*, Lisboa: Tinta-da-China.

- Debord, G. (1997), *A Sociedade do Espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto.

- Ferreira, A. (2014), *As iniciativas de intervenção local dos arquitetos: oportunidade de inovação sócio-territorial? - Estudo de caso na Cova do Vapor*, Dissertação de Mestrado em Estudos Urbanos, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

- Gadanho, P. (2006), *Para que serve a Arquitectura?*, Porto: Dafne Editora. Disponível em: http://dafne.pt/conteudos/livros/para-que-serve-a-arquitectura/opusculo_2.pdf

- Jones, P.; Petrescu, D.; Till, J. (2005). *Architecture and Participation*. Londres: Spon Press.

- Montaner, J. (2016), *A condição contemporânea da arquitetura*, São Paulo: GG.

- Montaner, J.; Muxí, Z. (2011), *Arquitectura y Política*, Barcelona: GG.

- Massad, F.; Yeste, A. (2014), “A Arquitectura Social na Era do Espectáculo”, em Luía Santiago Baptista, Joaquim Moreno, Fredy Massad e Alicia Guerrero Yeste, *Arquitectura Social: Três Olhares Críticos*, Brochura da Exposição Tanto Mar, Lisboa: CCB.

- Ramos, J. (2013), *Experiência Participativas - O papel do arquitecto no desenho das ferramentas de interacção*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

- Rebolo, J. (2017), *O realojamento do Bairro Chinês em Marvila - Participação e autoconstrução como processo - o caso da PRODAC (1970-1974)*, Tese de Doutoramento em Arquitectura e Urbanismo, ISCTE-IUL - Instituto Universitário

de Lisboa.

- Sanoff, H.-(2000), *Community participation methods in design and planning*, New York: John Wiley & Sons.